

Número 18

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

# Comunicado da Presidência

Crise Internacional:  
metamorfozes de  
empresas transnacionais  
e impactos nas regiões  
do Brasil

17 de março de 2009

## **Apresentação<sup>1</sup>**

O 18º **Comunicado da Presidência** é o terceiro da série que discute a crise internacional e seus desdobramentos no Brasil. No documento o Ipea busca manter o padrão anterior de análise conjuntural da crise e avançar na perspectiva de explicitar os aspectos mais estruturais que contribuíram para a crise e que podem continuar ou não a alimentar a atual crise. Compõe também este documento uma seção de análise sobre os desdobramentos internacionais da crise, especialmente no que refere ao movimento de fusões e aquisições de empresas.

Finalmente, o documento traz uma seção sobre os impactos inter-regionais da crise no país; nesta seção apresenta-se o comportamento da queda da produção industrial e do emprego nas distintas regiões brasileiras. Comenta-se também os impactos da crise sobre a federação brasileira, os orçamentos dos estados e as tendências previstas para o comportamento do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Na seção final, observa-se que é importante transpor a ação de combate à crise no curto prazo, pois é necessário estabelecer-se uma ação de longo prazo, especialmente no que se refere aos caminhos produtivos e tecnológicos que o país poderá adotar. Os impactos da crise sobre o meio ambiente sugerem que esse talvez seja o momento adequado para uma ação dos Estados Nacionais, em caráter de longo prazo, redefinindo um padrão produtivo mais compromissado com o meio ambiente e a sustentabilidade ambiental.

### **I – Crise internacional: antecedentes remotos**

#### **I.1 A natureza da crise**

A crise financeira intensificada a 15 de setembro passado pela quebra do Lehman Brothers é apenas, a chamada “a ponta do iceberg”. A questão central é a

---

<sup>1</sup> Contribuíram para a elaboração deste comunicado: Bruno de Oliveira Cruz, Carlos Wagner Albuquerque de Oliveira, Emílio Chernavsky, José Aroudo Mota, José Hamilton Bizarria, Hugo Roth; Iury dos Santos, Liana Maria da Frota Carleial, Luana Goveia; Lucas Linhares; Luciana Accioly, Marcelo Piancastelli, Maria Abadia Alves, Maria Piñon, Michele Sasaki; Milko Matijasic, Paulo Roberto Furtado, Rodrigo Leão; Rodrigo Pereira Mendes, Rogério Boueri e Samira Schatzmann.

natureza assumida pela fase do capitalismo intitulada de acumulação à escala financeira, e o modo de regulação do capital nos últimos 30 anos.

O período do pós-segunda guerra mundial até os anos setenta do século passado, além de ter configurado o período da reconstrução capitalista, foi também o período de um mundo bipolar no qual a presença do socialismo real, facilitou sobremaneira a correlação de forças políticas entre o capital e o trabalho. Do ponto de vista da estrutura de classes no capitalismo, foi um período relevante para a ação sindical e de relativa redução de poder da classe capitalista. A natureza da regulação permitiu que crescimento e emprego tivessem um comportamento solidário, os lucros fossem reinvestidos e o Estado, entendido como portador do Fundo Público, operasse “dentro” da economia. Mas, a rentabilidade do capital, ou seja, a taxa de lucro, caía.

A partir do final dos anos setenta é de reorganização dos movimentos do capital. No entanto, a lógica é outra. Instala-se, então, uma fase que será intitulada erroneamente de neoliberal. O fio condutor deste período foi buscar inverter as tendências vividas no período anterior e, ou seja: reduzir a ingerência do Estado na economia (com destaque na desestatização de empresas), subordinar o capital produtivo ao financeiro, fragilizar a correlação de forças anteriormente mais favorável aos trabalhadores e alterar o padrão concorrencial com fusões e aquisições entre empresas. Tudo isto submetido a uma relação institucional definida num pólo pela dominância dos mercados e noutra pelas formas de regulação re-criadas.

Esse formato pareceu adequado para esta etapa pontuada por uma intensa movimentação internacional dos mercados de bens e o financeiro, produzindo mercados de trabalho cada vez mais fragilizados pelo lento crescimento econômico, pela perda de poder político dos sindicatos, pelo ataque sistemático aos modelos de Estado de Bem Estar no mundo desenvolvido e, ainda, pela quase impossibilidade de implementação destes modelos nos países subdesenvolvidos. Na realidade, ao lado de um claro movimento de globalização produtiva e financeira, se dá a concorrência entre os modelos de Estado Social, cada qual buscando ser o mais atraente possível para sediar novos investimentos, incitados cada vez mais pelo poder sedutor das condições chinesas de produção até então.

Esta fase também foi alavancada por mudanças tecnológicas que já vinham em curso no período anterior, a microeletrônica, a convergência tecnológica que

impulsionou novas tecnologias da informação e comunicação, alterando processos e formas de gestão do trabalho. A gestão do trabalho alterou-se para se centrar em um trabalho em grupo que busca ampliar a produtividade e, ainda, obtém um controle coletivo do trabalho, mesmo sem a personificação no gerente (ou gestor)<sup>2</sup>, e mantendo a avaliação individualizada de cada trabalhador. Tal avaliação utiliza medidas diferentes (e quase obscuras) expressas em modelos de avaliação de competência. Assim, foram alteradas as formas de remuneração. Nem sempre o trabalho corresponde ao salário. Os trabalhadores podem ser pagos com ações da própria empresa, por fundos previdenciários ou participações nos lucros. No caso de funções específicas em grandes bancos, a remuneração pode ser ainda mais diversificada incluindo bônus, aplicações etc. Todas essas mudanças redundaram na redução da participação dos salários no PIB, consistentemente, na Europa e nos Estados Unidos, conforme evidenciam os gráficos II e III.

O argumento até aqui desenvolvido é reforçado por três fatos. O deslocamento industrial da Europa Central em direção à Europa Oriental iniciada já nos anos oitenta, e a dos Estados Unidos em direção à Ásia, se tornaram possíveis pela mudança de base material do capitalismo que permitiu o controle de parques produtivos à distância. Já mais recentemente a incorporação aos mercados da China e da Índia também contribuíram para a tendência de manter mais baixos os salários. Em terceiro lugar, a queda do muro de Berlim, simbolicamente insinua a dominância dos mercados. Nesse sentido, o modo de regulação do capital implementado nestes últimos anos construiu todas as condições para a precarização do trabalho e redução dos salários, assim como para a subordinação do capital produtivo à lógica rentista e especulativa, comprometendo inclusive o Estado, com tais condições em um contexto de economia globalizada.

Hoje é sabido que a queda dos salários na equação macroeconômica geral foi “compensada” pelo endividamento das famílias bem como, agregadamente, procurava compensar a redução da acumulação. Assim, o modo de regulação vigente no período acrescido da proliferação da prática de titularização e da desregulamentação financeira ampliaram a tendência endógena a crises. Não sem razão, neste período as crises financeira e real se sucederam, sendo que a partir de 1987 o intervalo entre uma e outra foi de apenas três anos.

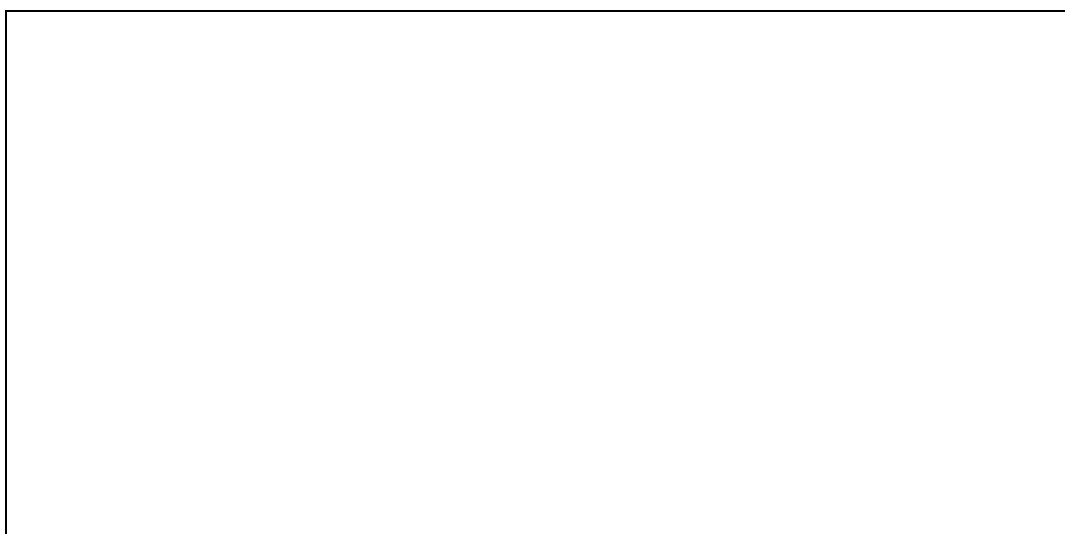
---

<sup>2</sup> Ver Gaulejac, V.(2005) La Société Malade de la Gestion. Paris, Seuil. 256p.

Assim, na base da crise financeira estavam os capitais livres (no sentido de não aplicados no setor real da economia) em busca de ganhos. Tais capitais eram originários dos salários em franco descenso, da redução da taxa de acumulação e do aumento da rentabilidade do capital( da taxa de lucro) ao contrário do período anterior e não só da relativa facilidade de crédito disponível nos mercados, como algumas análises insistem em propor.

Até o final dos anos setenta a taxa de acumulação e a taxa de lucro nos Estados Unidos, Europa e Japão caminharam juntas; a partir daí, até 2007, observa-se um hiato que evidencia a inversão da regulação macroeconômica deste período, destacando-se a queda na taxa de acumulação mesmo diante de taxa de lucro ascendente.

### **Gráfico 1. Taxa de lucro e taxa de acumulação Estados Unidos + União Européia + Japão**



Taxa de acumulação = taxa de crescimento do volume de capital líquido

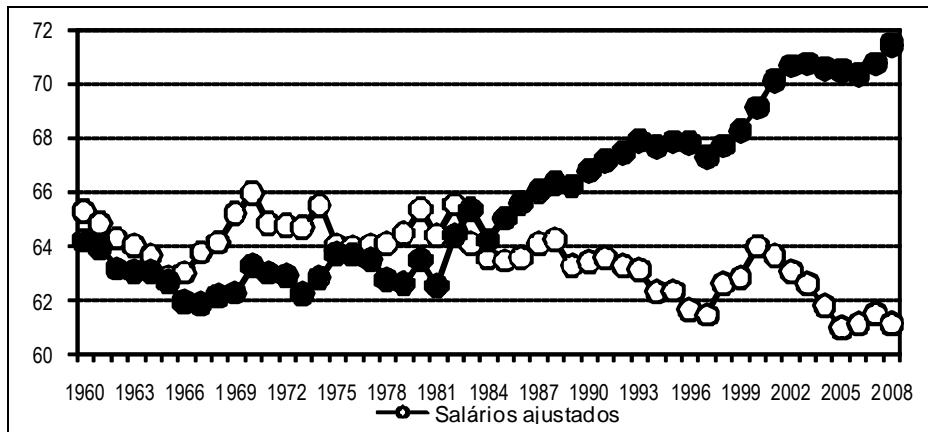
Taxa de lucro= benefício/capital(ano 2000:base 100)

Fonte: <http://hussonet.free.fr>

Os gráficos 2 e 3 a seguir auxiliam no entendimento deste período.

**Gráfico 2. Salários e consumo privado no Produto Interno Bruto(PIB)**

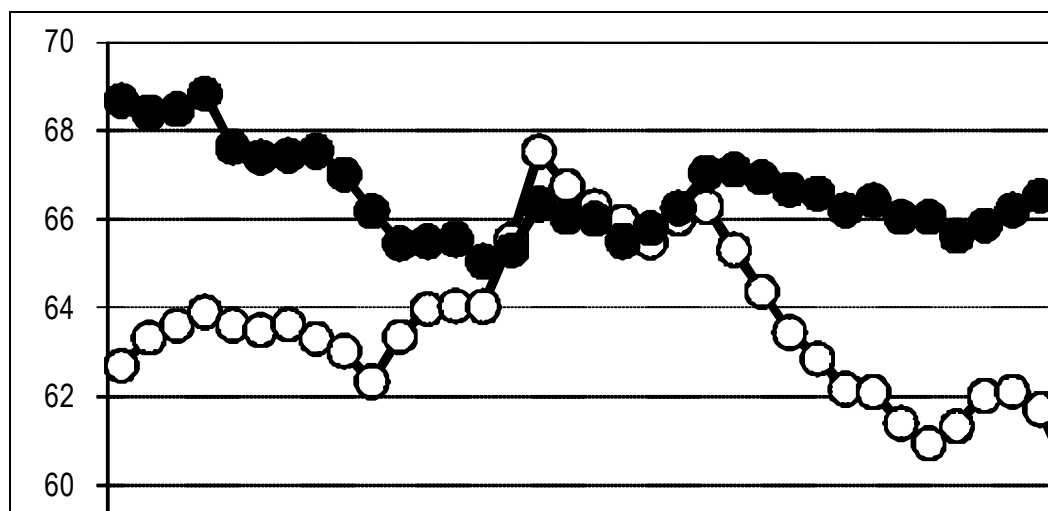
**A - Estados Unidos**



Fonte: <http://hussonet.free.fr>

### Gráfico 3. Salários e consumo privado no Produto Interno Bruto(PIB)

#### B- União Européia



Fonte: <http://hussonet.free.fr>

Nos dois casos, o comportamento dos gastos do consumo como proporção do PIB se desvencilham do comportamento dos salários. Nos Estados Unidos, o consumo, aliás, cresce significativamente em relação ao PIB; na Europa, ele é mais ou menos constante mas também se mostra desvinculado dos salários. A área entre os dois agregados indica que o problema de reprodução identificado pelo gráfico I encontra aqui a solução! Solução aqui é mera licença de linguagem.

Assim, a crise revela um problema estrutural desta fase do capitalismo que não parece ter ainda encontrado encaminhamento favorável. Na realidade, o desvendamento da natureza da crise auxilia em sua melhor compreensão e alerta para o fato de que não é possível apenas tentar resolver os problemas gerados pela ruptura, recuperando a crença no mercado financeiro e criando outras inovações financeiras.

Do ponto de vista de Housson<sup>3</sup>, o único meio de quebrar com a regulação rentista de mercado, vigente nos últimos trinta anos e mesmo após a atual crise, é “fechar as torneiras que alimentam a esfera financeira; a principal delas é o recuo dos salários” Assim, seria necessário modificar a distribuição das riquezas: menos

<sup>3</sup> Housson, Michel. El capitalismo tóxico. Viento Sur, no. 101, noviembre 2008. Disponível também em: <http://hussonet.free.fr>

dividendos e mais salários e orçamento social. É imprescindível, portanto, outro modo de regulação do capital.

Segundo esse autor, há uma significativa margem para isto uma vez que os dividendos produzidos pelas sociedades não financeiras representam hoje 12% de sua massa salarial. No caso francês era de apenas 4% em 1982. Ou seja, o autor indica, mais uma vez, a que ponto o modo de regulação vigente levou a distribuição de renda e poder no capitalismo contemporâneo, pregando ainda a necessidade de a finança ser submetida à economia real.

## **II – Corporações transnacionais: metamorfoses do capital e o resgate do governo**

A internacionalização da produção através do investimento direto **estrangeiro** (IDE) cresceu significativamente a partir de meados dos anos 80 com apenas duas retrações nos períodos de desaceleração da economia mundial ocorridas entre 1991-93 e 2001-2003. Passou de US\$ 230 bilhões em 1990 para US\$ 1,8 trilhão em 2007 (Untcad, 2008). As empresas transnacionais foram os agentes desse processo e deram a esse movimento algumas características distintas daquelas verificadas entre o pós-guerra e o início dos 80. Entre as características está o redirecionamento do IDE majoritariamente para o setor de serviços e a predominância das operações de fusões e aquisições (incluindo os mega-acordos entre empresas acima de US\$ 1 bilhão) sobre os novos projetos de investimento (greenfield investment).

As maiores corporações transnacionais do mundo<sup>4</sup> jogam papel importante na produção internacional, tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. Nos últimos três anos, elas contabilizaram, em média, 10%, 16% e 12%, respectivamente, dos ativos no exterior, vendas e emprego de todas as corporações do mundo. Além disso, o crescimento do IDE na última década veio acompanhado por uma mudança estrutural na composição setorial para os serviços (telecomunicações, eletricidade e distribuição de água) como resultado da onda de liberalização. Assim, 16 das 100 maiores corporações de 2006 estão no setor de infraestrutura (8 em utilidade pública e 8 em telecomunicações) quando em 1996

---

<sup>4</sup> A classificação aqui adotada para as maiores corporações transnacionais é com base na metodologia pela Unctad que classifica as empresas por valor de seus ativos no exterior. Assim ressalta-se que as empresas com maiores receitas que figuram na *Fortune*, por exemplo, nem sempre aparecem na classificação Unctad por ter presença menor no exterior (ou baixo grau de transnacionalidade).



apenas uma figurava nessa lista. Mais recentemente, empresas de países em desenvolvimento passaram a figurar na lista das 100 maiores corporações transnacionais (TNCs) não-financeiras do mundo (classificadas pelo valor de seus ativos no exterior sobre o valor dos ativos totais, pela metodologia da Unctad).

As 50 primeiras empresas da lista das 100 maiores de 2006<sup>5</sup> permaneceram relativamente estáveis em relação à década de 90, como a General Electric (Estados Unidos) na liderança seguida pela British Petroleum. Por país de origem, 85 das 100 maiores empresas estão localizadas na Tríade (Estados Unidos, União Européia e Japão), e apenas 10 são novos entrantes (sendo 6 de países em desenvolvimento) de oito países diferentes. Os setores que dominaram este ranking foram: a indústria automotiva (13), petróleo (10), equipamentos eletro-eletrônico (9), utilidade pública (8), telecomunicações (8) e farmacêutica (7). Estes setores foram dominantes em 55% das 100 maiores TNCs. Produtos metálicos e não-metálicos, produtos químicos, comércio varejista e atacadista, comida e bebidas contabilizaram outros 23%. Cada TNC tem em média 41 filiais, envolvendo uma grande diversidade geográfica.

**Tabela 1 - As 10 maiores TNCs em 2006 (por ativos no exterior, em US\$ mil)**

| Corporação                    | País                 | Setor                        | Ativos Estrangeiros | Ativos Totais |
|-------------------------------|----------------------|------------------------------|---------------------|---------------|
| General Electric              | Estados Unidos       | Eletricidade e equipamentos  | 442 278             | 697 239       |
| British Petroleum Company Plc | Reino Unido          | Petróleo - expl./ref./distr. | 170 326             | 217 601       |
| Toyota Motor Corporation      | Japão                | Automotivo                   | 164 627             | 273 853       |
| Royal Dutch/Shell Group       | Reino Unido/ Holanda | Petróleo - expl./ref./distr. | 161 122             | 235 276       |
| ExxonMobil                    | Estados Unidos       | Petróleo - expl./ref./distr. | 154 993             | 219 015       |
| Ford Motor                    | Estados Unidos       | Automotivo                   | 131 062             | 278 554       |
| Vodafone Group Plc            | Reino Unido          | Telecomunicações             | 126 190             | 144 366       |
| Total                         | França               | Petróleo - expl./ref./distr. | 120 645             | 138 579       |
| Electricite De France         | França               | Eletricidade, gás e água     | 111 916             | 235 857       |
| Wal-Mart Stores               | Estados Unidos       | Vendas gerais à varejo       | 110 199             | 151 193       |

Fonte: Unctad, 2008

Após a deflagração da crise internacional a situação de liderança de algumas dessas empresas foi abalada. A General Electric registrou uma queda de 44% em seu lucro trimestral em 2008, marcando o fechamento de um dos exercícios mais difíceis dos 117 anos de história do conglomerado norte-americano. O resultado foi equivalente ao estimado pelos analistas.

<sup>5</sup> Tomou-se como parâmetro esse ano por ser o último dado disponibilizado pela Unctad.

No início de 2009 a British Petroleum (BP), anunciou um lucro recorde de US\$ 25,6 bilhões no ano de 2008, representando um crescimento de 39% em relação a 2007, embora o lucro no quarto trimestre tenha caído 24% em relação ao mesmo período em 2007. Para a empresa este foi “one of the Best in the last decade for exploration”, devido às significativas descobertas no Golfo do México, Angola, Argélia, Egito e no Mar do Norte. No entanto, no início de março, como o preço do petróleo continua baixo a empresa começou a falar em “dividend freeze” e corte de custos. Em 2008 foram demitidos 3.000 funcionários e em 2009 a expectativa é de corte de mais 5.000 postos.

A Toyota, maior corporação transnacional do Japão é a terceira no ranking mundial, encontra-se em forte crise com perdas de quase US\$ 4 bilhões estimadas para o fechamento de seu ano fiscal, suspensão de sua linha de produção no Japão, possível demissão de 25 mil funcionários na América do Norte e redução da jornada de trabalho no Reino Unido. Para mitigar a crise o governo japonês anunciou a utilização de US\$ 5 bilhões de suas reservas externas para atender a essa empresa através do Japan Bank of International Cooperation (JBIC).

A petrolífera americana Exxon Móbil, apesar da crise, obteve um lucro de US\$ 45,22 bilhões em 2008, o maior já registrado por uma companhia dos EUA e tem sustentado suas projeções de investimento.

A Ford Motors é a única empresa automobilística a declarar que não precisará de ajuda do governo dos EUA. A queda na venda de novos carros no mercado dos EUA em especial levou a Ford a anunciar diminuição de 38% na produção do segundo trimestre de 2009 frente à igual período de 2008. Para aumentar sua liquidez, a empresa irá levantar US\$ 2,2 bilhões, incluindo ainda US\$ 1,8 bilhão do seu braço financeiro, Ford Motor Credit. A dívida da Ford encontra-se em patamares aceitáveis, segundo analistas, visto que dos US\$ 25,8 bilhões em dívida no final de 2008, US\$ 20,7 bilhões são passíveis de renegociação.

Com relação à Total, o Estado francês é o maior acionista da empresa. Em 2008 obteve lucro recorde (como o setor petrolífero em geral) de cerca de 14 bi de Euros, aumento de 14% sobre 2007, e o maior lucro bruto já alcançado por uma empresa francesa. No entanto, frente à crise internacional, a corporação anunciou em março a eliminação de 555 postos de trabalho até 2013, mas sem demissões, para reestruturação dos setores petroquímicos e de refino.

A Electricite de France estabeleceu cooperação com a Enel (Itália) no setor nuclear. Sua expansão na Europa (já é o maior produtor de energia) inclui a Espanha (Iberdrola), UK (British Energy – maior aquisição da história da EDF) e Bélgica. Ademais, a empresa pretende ainda fazer investimentos nos EUA, China e África do Sul, além de ter sido chamada a contribuir ao plano anti-crise com 2 bi de Euros – modernização do aparelho de produção.

Do lado das fusões e aquisições - carro-chefe do crescimento dos fluxos de IDE desde o final dos anos 80 - a Unctad, em seu World Investment Report, faz um levantamento das cem maiores fusões e aquisições acontecidas no ano, classificando-as por valor de negociação. O último relatório publicado pela organização fornece os dados de 2007. Na seqüência são apresentadas algumas dessas maiores fusões e aquisições.

**Tabela 2 - Fusões e Aquisições acima de 1bilhão de US\$**

| Rank. | Valor (US\$ bi) | Cia             | País                                    | Setor          | Cia Compradora                       | País                           | Setor          |   |    |
|-------|-----------------|-----------------|---|----------------|--------------------------------------|--------------------------------|----------------|---|----|
| 2004  | 1               | 15,8            | Abbey National Plc                      | Reino Unido    | Bancos                               | Santander                      | Espanha        | Bancos                                      | a. |
|       | 2               | 11,1            | John Hancock Financial Charter One Finl | Estados Unidos | Seguros                              | Central Hispano Manulife       | Canadá         | Seguros                                     | a. |
|       | 3               | 10,5            | Amersham Plc                            | Reino Unido    | Financeiro                           | Financial Corp Citizens        | Estados Unidos | Bancos Nacionais Comerciais                 | a. |
|       | 4               | 9,6             | John Labatt Ltd                         | Canadá         | Produtos Médicos                     | General Electric               | Estados Unidos | Energia, distribuição e materiais elétricos | a. |
|       | 5               | 7,8             |   |                | Bebidas Alcoólicas (Cervejas)        | Ambev                          | Brasil         | Bebidas Alcoólicas (Cervejas)               | a. |
| 2006  | 1               | 32,2            | Arcelor S/A                             | Luxemburgo     | Aço e derivados                      | Mittal Steel Co NV             | Holanda        | Aço e derivados                             | b. |
|       | 2               | 31,7            | O2 PLC                                  | Reino Unido    | Telefonia Móvel                      | Telefónica S/A                 | Espanha        | Telefonia (exceto telefonia móvel)          | b. |
|       | 3               | 21,8            | BBA PLC                                 | Reino Unido    | Aeroportos e serviços                | Airport Development Xtrata PLC | Espanha        | Investimentos                               | b. |
|       | 4               | 17,4            | Falconbridge Ltd                        | Canadá         | Ligas Ferrosas (exceto Vanádio)      | Cia Vale do Rio Doce S/A       | Suíça          | Carvão Betuminoso                           | b. |
|       | 5               | 17,2            | Inco Ltd                                | Canadá         | Ligas Ferrosas (exceto Vanádio)      |                                | Brasil         | Ferro                                       | b. |
| 2007  | 1               | 98,2            | ABN-AMRO Holding NV                     | Holanda        | Financeiro                           | RFS Holding BV                 | Reino Unido    | Investimentos                               | c. |
|       | 2               | 37,6            | Alcan Inc                               | Canadá         | Metais e produtos de metal           | Rio Tinto PLC                  | Espanha        | Ouro  | c. |
|       | 3               | 26,4            | Endesa S/A                              | Espanha        | Utilidades Elétricas                 | Investor Group                 | Itália         | Investimentos                               | c. |
|       | 4               | 22,8            | Tyco Healthcare Group Ltd               | Estados Unidos | Produtos Médicos                     | Shareholders                   | Estados Unidos | Investimentos                               | c. |
|       | 5               | 22,2            | Scottish Power PLC                      | Reino Unido    | Serviços Elétricos                   | Iberdrola S/A                  | Espanha        | Serviços Elétricos                          | c. |
| 2008  |                 | 44,4            | Texas General                           | Estados Unidos | Serviços Elétricos                   | Kohlberg Kravis Roberts & Co   | Estados Unidos | Investimentos                               | d. |
|       |                 | 32,7            | CHC Helicopter Corp                     | Canadá         | Transportes Aéreos                   | First Reserve Corp             | Estados Unidos | Investimentos                               | e. |
|       |                 | 26,0            | Hilton Hotels                           | Estados Unidos | Hotelaria                            | Blackstone Group               | Estados Unidos | Investimentos                               | f. |
|       |                 | 23,0            | Wm. Wrigley Jr. Co                      | Estados Unidos | Alimentício (Chicletes)              | Mars Inc                       | Estados Unidos | Alimentício                                 | g. |
|       |                 | 13,9            | Electronic Data Systems Co              | Estados Unidos | Serviços (Outsourcing)               | Hewlett-Packard Company        | Estados Unidos | Tecnologia da Informação                    | h. |
|       |                 | 8,3             | Vin & Spirit                            | Suécia         | Bebidas Alcoólicas                   | Pernod Ricard AS               | França         | Bebidas Alcoólicas                          | i. |
|       |                 | 6,0             | Weyerhaeuser Packaging                  | Canadá         | Papel (Reciclagem)                   | International Paper            | Estados Unidos | Papel                                       | j. |
|       |                 | 4,6             | Ranbaxy Laboratories Ltd                | Índia          | Farmacêutico                         | Daiichi Sankyo Co              | Estados Unidos | Farmacêutico                                | k. |
|       |                 | 4,1             | ConvaTec                                | Estados Unidos | Perfumaria                           | Citron                         | Suécia         | Investimentos                               | l. |
|       | 2,3             | Tata Motors Ltd | Índia                                   | Automotivo     | Healthcare Ltd Jaguar and Land Rover | Reino Unido                    | Automotivo     | m.  |    |

<sup>6</sup> Fonte: Unctad, vários números e outras publicações (vide nota de rodapé)

6

- a. Unctad, "World Investment Report 2005" - Unctad, "World Investment Report 2007" -
- b. Unctad, "World Investment Report 2008" -
- c. Reuters -
- d. Alacra Store -
- e. The International Herald Tribune -
- f. Mergers Unleashed -
- g. The International Herald Tribune -
- h. The International Herald Tribune -
- i. StreetInsider.com -

Sobre fusões e aquisições das companhias não-financeiras no período entre 2004 e 2007, houve um crescimento no valor das negociações. Em 2004 a maior negociação foi fechada por **US\$ 15,8 bilhões** (Abbey National/Santander Central Hispano), enquanto em 2007, a principal negociação ultrapassou os US\$ 98 bilhões (ABN-AMRO Holding/RFS Holding). Apesar dos valores das negociações variarem conforme **os** setores da indústria e das companhias negociadas, o número de fusões e aquisições, assim como o valor dessas operações, aumentou nesse período. Entre 2004 e 2008, aumentou a concentração em alguns setores, como o de bebidas alcoólicas (John Labatt/AmBev; Vin & Sprit/ Pernod Ricard), o de telefonia - principalmente pela atuação da Telefónica (O2 PLC/Telefónica SA) e da Vodafone, cujas fusões e aquisições não ficaram entre as cinco maiores de cada ano, mas estiveram entre as 100 maiores (TELSIM Mobile Telekomunikasyon/Vodafone Group PLC em 2006 por 4,6 bilhões de dólares; Hutchison Essar Ltd/ Vodafone Group PLC em 2007 por 12,7 bilhões de dólares<sup>7</sup>). Outros setores que passaram por concentração foram o de mineração, o de petróleo e gás, o de serviços elétricos, hotelaria, transporte aéreo, bancos comerciais, produtos médicos, dentre outros. Entre as dez maiores companhias mundiais de 2006 segundo o ranking da Unctad<sup>8</sup>, quatro delas (British Petroleum, Royal Dutch/Shell Group, Vodafone Group e General Electric) realizaram fusões e aquisições com valores acima de US\$ 1 bilhão no período observado.

No período entre 2004 e 2008 ocorreu um grande número de fusões e aquisições de companhias não financeiras por grupos de investimento. As fusões e aquisições concluídas em 2008 presentes na Tabela 2 foram todas negociadas antes da eclosão da crise financeira em meados do ano passado, de modo que os impactos da crise não se refletem na tabela. Não obstante, já são claros os efeitos da crise nas fusões e aquisições. Muitas dessas operações previstas para 2008 terminaram não se realizando ou sendo postergadas. Segundo a Bloomberg, a Barclays Capital e Nomura Holdings Inc. prevêem que as negociações nesse campo devem ter uma forte redução de cerca de 30% em 2009. Também se observa que

---

j. The International Herald Tribune -  
k. Alacra Store -  
l. TheDeal.com -

<sup>7</sup> Unctad, "World Investment Report - 2008".

<sup>8</sup> Unctad, "World Investment Report - 2008".

com a crise mais de um terço das vinte maiores fusões e aquisições anunciadas para o último trimestre de 2008 incluíam uma empresa de propriedade estatal, com o governo como o principal comprador. Em outubro o governo holandês adquiriu a parte holandesa da Fortis, principal companhia holandesa/belga de serviços financeiros, enquanto a o maior banco francês, o BNP Paribas SA, adquiriu as unidades da Bélgica da Fortis<sup>9</sup>.

Quanto aos países em desenvolvimento, sua presença nos fluxos globais de IDE cresceu numericamente a partir de 1990-1991, e esteve, como nos países desenvolvidos, associada ao crescimento das F&As em suas economias, ainda que em menor grau. Esse quadro mais geral esconde diferenças qualitativas entre os países em desenvolvimento quanto às suas inserções nos fluxos globais de IDE. Embora tenham se constituído nos maiores absorvedores de investimentos diretos nos anos 1990, os países asiáticos tiveram uma presença bem menor nas F&As mundiais quando comparados com a participação dos países latino-americanos. A participação das F&As no total de IDE recebido pelos países asiáticos entre 2001-2003 foi de 24% contra 37% da América Latina, entre 2004 e 2006. A exemplo do investimento direto recebido, os países em desenvolvimento também ampliaram sua taxa de investimento direto enviado ao exterior, a partir das décadas de 1980 e 90 principalmente da região asiática.

Conforme apontam os dados da Unctad, das 10 maiores transnacionais dos países em desenvolvimento no ano de 2006 (por ativos no exterior), nove são de origem asiática, sendo cinco da China (incluindo Hong Kong) e Coréia do Sul, a saber: Hutchison Whampoa Ltd., Samsung Eletronics Co., Hyundai Motor Company, CITIC Group e Jardine Matheson Holdings. A participação da América Latina pode ser considerada pequena, se comparada à Ásia, já que apenas seis empresas da região aparecem na lista das 30 maiores, com destaque para México e Brasil que possuem cinco empresas nesta lista: Cemex S.A., Companhia Vale do Rio Doce, Petrobrás, América Movil e Telefonos de México. Observa-se uma diversificação setorial nas 10 principais empresas, ou seja, não há dominação de nenhum setor específico; contudo deve-se notar que duas empresas, ambas sul-coreanas, são de equipamentos eletro-eletrônicos.

---

<sup>9</sup> Bloomberg.com, "N&A to Decline 30% in 2009 as Government-Forced Deals Dominate"

Esta lista apresenta pequenas diferenças quando analisada do ponto de vista das vendas no exterior. Neste caso, dentre as 10 maiores TNCs, sete são asiáticas (todas chinesas ou sul-coreanas) e três latino-americanas (duas brasileiras e uma mexicana) e os setores predominantes são de equipamentos eletro-eletrônicos, mineral não-metálico e petrolífero.

Considerando os fatores explicitados, é possível constatar que China, Coréia do Sul, Brasil e México têm sido as nações líderes do processo de internacionalização das empresas na Ásia e América Latina, respectivamente. Pretende-se na seqüência descrever os rumos tomados pelas principais multinacionais desses países.

**Tabela 3 - As maiores corporações transnacionais por países selecionados em 2006 (por ativos no exterior, em US\$ mil)**

| Corporação                         | País          | Setor                                | Ativos Estrangeiros | Ativos Totais |
|------------------------------------|---------------|--------------------------------------|---------------------|---------------|
| Samsung Electronics CO., Ltd.      | Coréia do Sul | Equipamentos elétricos e eletrônicos | 27.011              | 87.111        |
| Hyundai Motor Company              | Coréia do Sul | Equipamentos elétricos e eletrônicos | 19.581              | 76.064        |
| Hutchison W hampoa Limited         | China         | Diversificado                        | 70.679              | 87.146        |
| CITIC Group                        | China         | Diversificado                        | 17.623              | 117.355       |
| Cemex S.A.                         | México        | Mineral não-metálico                 | 24.411              | 29.749        |
| América Móvil                      | México        | Telecomunicação                      | 8.701               | 29.473        |
| Companhia Vale do Rio Doce         | Brasil        | Mineração                            | 14.974              | 60.954        |
| Petroleo Brasileiro S.A.-Petrobras | Brasil        | Petrolífera                          | 10.454              | 98.680        |

Fonte: Unctad, 2008

A Samsung Electronics é a maior corporação transnacional da Coréia e ocupa o 62º lugar na lista das 100 maiores corporações transnacionais do mundo. A empresa conta com 59 filiais e é responsável por 20% das exportações da Coréia, mas registrou a primeira perda de sua história com uma queda de 25% nos lucros líquidos no último trimestre de 2008, em relação ao ano anterior, em função da forte queda nos preços de seus chips e telas LDC. Para enfrentar a crise a empresa, que sempre contou com apoio governamental via acesso quase ilimitado ao crédito, tem passado por uma reestruturação em termos de gestão, linhas de produtos e redirecionamento de suas plantas no exterior.

A Hyundai Motor Company é a segunda maior corporação coreana e 90ª nas 100 maiores TNCs do mundo. Na crise a empresa adiou investimentos no Brasil e na Rússia e teve uma queda nas vendas de sua filial americana da ordem de 25% nos nove primeiros meses de 2008.

A Hutchison Whampoa (Hong Kong) aparece como a 21ª maior transnacional do mundo e a primeira entre os países em desenvolvimento, segundo a lista de 2006 da Unctad. Desde o ano passado e no início deste, a empresa tem buscado manter seus investimentos no mercado internacional. Dentre as iniciativas podem-se destacar: fusão da Vodafone Australia e a Hutchison 3G Australia, subsidiária da Hutchison Telecommunications, o que lhe trará um total de seis milhões de assinantes e uma receita anual de 2,7 bilhões de dólares, deixando-a próxima em escala das duas operadoras dominantes de telefonia móvel na Austrália, a Telstra e a Optus, controlada pela Singapore Telecommunications; a Hutchison Telecom pretende para 2009 continuar seus investimentos nos mercados da Indonésia e Vietnã, aumentando os pontos de transmissão, em cada país, para 9.000 e 5.000, respectivamente, e manter sua liderança no segmento 3G em Israel; a Acision, empresa líder mundial em transmissão de mensagens, recebeu um contrato para prestação de serviços avançados para as redes da 3 Group, divisão da Hutchison Whampoa, na Austrália e na Áustria.

Já a CITIC Group não aparece na lista das 100 maiores TNCs, entretanto a empresa chinesa emerge como a 7ª maior transnacional na lista dos países em desenvolvimento. No ano de 2008, a empresa estimou uma queda de lucro líquido, em torno de US\$ 2 bilhões. Neste ano, a empresa tem tomado iniciativas para ampliar sua participação no mercado internacional, a saber: assinatura de um contrato em março com o banco espanhol BBV para integrar as operações de financiamento do setor automobilístico e de private bankings; anúncio em janeiro de ampliação dos investimentos no setor de construção civil com recursos de um novo fundo de investidores europeus, norte-americanos, japoneses. O montante total do fundo é de US\$ 400 milhões e os investimentos serão direcionados para as áreas do Pearl River Delta, Yangtze River Delta e Bohai Bay Rim; lançamento de um fundo com o China's National Fund e o China Development Bank (CDB) para compra de empresas e para investimento em private equity.



A mexicana Cemex é a única empresa transnacional latino-americana que aparece entre as 100 maiores TNCs do mundo (71ª posição). Entre os países em desenvolvimento, ela aparece na 4ª posição atrás somente da Hutchison Whampoa, da Petronas (Malásia) e da Samsung. A empresa tem apresentado dificuldades financeiras desde 2007, devido a uma pesada dívida da operação de compra do produtor de materiais de construção australiano Rinker, no momento em que a crise hipotecária norte-americana começava, conforme afirmou a agência de notícias Reuters. O risco de capital da empresa é alto, portanto no cenário de crise a empresa deverá rever toda sua estratégia de investimentos.

A America Movil se situa na 14ª posição da lista das 100 maiores TNCs dos países em desenvolvimento. A empresa do México está muito bem posicionada no atual cenário da crise, já que no final de 2008 atingiu um lucro líquido acima do esperado, devido ao maior número de assinantes. Desde o ano passado, a empresa vem lançando novos produtos no mercado internacional, como iPhone na América Latina.

A Companhia Vale do Rio Doce é a 11ª transnacional entre os países em desenvolvimento. Em 2008 a Vale alcançou vários recordes de produção e de vendas, e com isso de receita, lucro líquido e operacional, geração de caixa, distribuição de dividendos e investimentos. Mas a queda na demanda a partir do último trimestre do ano levaram a cortes temporários de produção incluindo a paralisação de unidades produtivas e a demissão de 1300 de seus funcionários no mundo, além da negociação de férias coletivas e remanejamentos operacionais. Apesar de não haver originalmente previsão de novas demissões em 2009, a subsidiária Inco anunciou em março a demissão de 900 empregados. Este ano apresenta um cenário incerto para a demanda da empresa, embora o preço de seus produtos pareça ter encerrado o ciclo de fortes quedas iniciado em 2008. Houve redução de custos e flexibilização nos investimentos, incluindo em alguns casos seu cancelamento ou adiamento. Os investimentos planejados são de US\$7,7 bilhões, 70% dos quais no Brasil. Frente à dificuldade de acesso a financiamentos, a posição financeira sólida da empresa com a abundância de caixa permite a participação em aquisições de ativos no exterior com perspectivas rentáveis.

A Petrobras está na 12ª posição no ranking das 100 maiores TNCs dos países em desenvolvimento. Ao contrário de outras empresas do setor de petróleo, a

Petrobras anunciou recentemente que pretende ampliar seus volumes de investimentos. Segundo notícia vinculada no site da empresa, a estimativa agora é de investir US\$174,4 bilhões até 2013, cerca de US\$ 62 bi a mais do que o valor previsto no plano anterior, de US\$ 112,4 bi. A maior parte destes investimentos está ligada à área de exploração, produção e abastecimento (cerca de 85% do total). A estratégia da empresa visa o longo prazo, apesar de incorporar as tendências recentes da crise financeira.

Na esfera internacional, a estatal brasileira já anunciou que manterá os valores de investimentos no mercado externo, US\$ 15,9 bilhões entre 2009 e 2013. Deste montante, 28% serão destinados aos EUA (principalmente para Pasadena no Texas), 16% para Argentina (onde a Companhia é uma das maiores produtoras de petróleo e gás natural) e 12% para a Nigéria. Dessa forma, a Petrobras tem seguido um caminho diferente das principais empresas do setor, buscando ampliar sua taxa de investimento no mercado interno e manter seus investimentos no mercado internacional.

## **II.1 - Corporações Transnacionais e a volta do socorro dos governos\*\***

Pela importância que têm os fluxos de IDE para os países, não apenas em termos de seus impactos sobre reestruturação produtiva e patrimonial, mas sobre o comércio internacional e o balanço de pagamentos, alguns países têm elaborado políticas para ajudar suas grandes corporações em dificuldades. Outros têm lançado medidas que alteram direta ou indiretamente o quadro institucional sobre o qual as grandes corporações tomam suas decisões de investir e localizar suas atividades.

**EUA.** Os Estados Unidos introduziram subsídios às exportações em setores como o alimentício (manteiga e quijo) e um pacote de estímulo que restringe a compra de material de construção por parte das empresas manufatureiras americanas, medida conhecida como “Buy American”.

**Alemanha.** Reticente em auxiliar as empresas nacionais, o governo alemão procura enfrentar a crise econômica através de pacotes de infra-estrutura (no final

---

\*\* Países que vem sendo sistematicamente acompanhados pela equipe de pesquisa da DICOD (Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento) no contexto da crise internacional.

de janeiro anunciou um pacote de 50 bilhões de euros para a reforma de escolas, construção de estradas e expansão da malha ferroviária). No que tange às empresas o governo forneceu garantias estatais para empresas que venham a necessitar de capital para continuarem em operação. No setor automotivo a polêmica gira em torno da Opel, subsidiária da estadunidense GM. Essa empresa enfrenta problemas graves de caixa e seus reiterados pedidos de auxílio ao governo sofrem revezes pelo temor de todo o capital ser remetido à empresa matriz. No setor financeiro, primando pela estabilidade do sistema, o Bundestag (parlamento alemão) está para votar medidas estatizantes.

**França.** O governo da França criou um fundo soberano (6 bilhões de euros) para financiar suas “campeãs nacionais” principalmente no setor automotivo e de fabricação de componentes aeronáuticos. O financiamento é restrito a algumas empresas e a questão é certificar-se de que elas não serão compradas por investidores estrangeiros. A União Européia se queixa e quer mais detalhes.

**Japão.** A recessão e a queda da demanda global por produtos japoneses desaceleraram a produção de várias unidades dos setores competitivos do Japão, como o automobilístico, eletroeletrônico e de informática. Isso significou corte de custos, fechamento de unidades produtivas, demissões e férias coletivas. Ainda no setor automobilístico, encontram-se em situação financeira difícil outras grandes corporações como a Honda, a Nissan e a Mitsubishi. O governo lançou no final de 2008 um pacote para capitais públicos nas empresas japonesas no valor de US\$ 234,3 bilhões, dos quais, mais da metade é para as pequenas e médias empresas, além de isentar de impostos os ganhos de capital e dividendos. Algumas das ajudas dirigem-se exclusivamente a compra das próprias ações diretamente por parte dessas empresas, e que não se estendem às filiais estrangeiras que atuam em sua economia.

**Reino Unido.** As autoridades reguladoras britânicas têm pressionado seus “global banks” para redirecionar seus empréstimos externos para o Reino Unido. O Banco da Escócia encerrou suas atividades de empréstimos em 60 países.

**Brasil.** Deve-se notar que já há cerca de três anos, o BNDES disponibiliza uma linha de financiamento de internacionalização das empresas (Além e Cavalcanti, 2005: 71). A linha de financiamento tem condições vantajosas, conforme descrevem os autores: “os recursos captados no exterior serão utilizados pelo

BNDES para o financiamento a projetos de internacionalização. O custo do financiamento incluirá, além do custo de captação externa, um spread de 3% a 4,5% a.a., mais um prêmio de performance a ser definido de acordo com cada projeto. Para receber o apoio do Banco, o projeto terá de gerar retorno igual ou superior ao valor financiado, e esses recursos deverão ser remetidos ao Brasil em um prazo a ser definido também de acordo com o projeto". Além disso, o mesmo banco possibilitou para umas das maiores transnacionais, a Petrobras, um aumento da capacidade de endividamento de R\$ 12 bilhões.

**China.** Visando atenuar esses efeitos e manter o alto ritmo de crescimento do país – segundo o premier Wen Jiabao, o governo chinês tem tomado medidas mais gerais para manter a taxa de crescimento na casa dos 8% - o país consolidou um pacote anti-crise, no valor de US\$ 585 bilhões, para ser iniciado neste ano de 2009. Dentre os programas que serão realizados, destacam-se os investimentos em infraestrutura (US\$ 219 bilhões), a reconstrução das áreas atingidas pelos terremotos de 2008 (US\$ 146 bilhões), a construção de moradias de baixa renda (US\$ 58 bilhões), a modernização tecnológica (US\$ 54 bilhões) e os investimentos em energia, saúde e educação (US\$ 52 bilhões). No que se refere ao setor externo, esse pacote busca contrabalançar a queda do comércio internacional e do investimento direto estrangeiro. Com efeito, a capacidade de dinamizar a demanda agregada (inclusive com incentivos a setores específicos, como serviços) e atrair os investimentos de grandes conglomerados globais terá um papel chave para a continuidade do crescimento.

**Coréia do Sul.** Em abril, os bancos sul-coreanos submeterão 44 conglomerados a uma revisão de suas finanças a fim de alocar a ajuda financeira pelos bancos de forma eficiente. Além disso, as empresas que estiverem fora dos padrões financeiros serão submetidas a um processo de reestruturação, por meio de um fundo que será administrado pela estatal Korea Asset Management Corp. Em declaração do presidente sul-coreano Lee Myung-bak, a manutenção dos níveis de emprego é o objetivo principal do governo para combater a recessão. Em janeiro, líderes dos maiores grupos industriais, sindicatos, grupos civis e ministérios estabeleceram um plano intitulado "grand bargain for social unity" que estabelece a não demissão de trabalhadores, a aceitação de cortes e congelamento de salários

pelos sindicatos e a provisão de corte de impostos para empresas que mantiverem empregos pelo governo.

**Índia.** O governo indiano, além dos pacotes anti-crise visando a melhora de infra-estrutura do país, tem procurado mudar algumas regras para aumentar entrada de investimento direto na economia, como forma de contornar o problema de liquidez. Assim, as autoridades indianas vão flexibilizar algumas exigências, como a de apresentação de documento de “não objeção” para realização de joint venture no país; permitir que empresas estrangeiras comprem ações em bolsa de valores (até agora só os fundos de investimentos imobiliários foram autorizados); e, que empresas estrangeiras entrem no mercado de varejo com participação de 100% (Até agora é de 51%). O objetivo é maior entrada de capital e impedir uma maior desvalorização da rúpia. Por outro lado, o governo da Índia tem adotado uma política agressiva de fortalecimento de suas empresas para compras de empresas no exterior, tornando-se exportadora líquida de aquisições (KPMG, 2009). No campo comercial, esse país elevou suas tarifas sobre a importação de aço.

No contexto de aprofundamento da crise internacional, os países tem lançado mão de políticas implícitas e explícitas para aumentar sua competitividade e diminuir a vulnerabilidade externa e o desemprego, muitas vezes apontando para o aumento do protecionismo. Essa tendência, juntamente com o próprio movimento das corporações transnacionais deverá redesenhar a estrutura do comércio e dos fluxos globais de IDE nas próximas décadas.

### **III – Internalização da crise no Brasil**

A crise financeira mundial evidenciou-se num momento em que o Brasil vivia um dos mais importantes ciclos recentes de crescimento. Segundo a FGV, a indústria brasileira tinha alcançado 87% de utilização de capacidade instalada no final de 2007. O investimento e o emprego formal cresciam sustentadamente há muitos trimestres. Já em março de 2008, o Banco Central inicia uma fase de ampliação dos juros, sinalizando uma desaceleração da produção industrial. Na realidade, a partir de setembro de 2008, a crise internacional se encarrega de reforçar tal tendência que acaba por se concretizar de forma mais intensa do que o esperado.

A divulgação recente pelo IBGE do desempenho da economia no último trimestre de 2008 evidencia que o PIB caiu 3,6% em relação ao trimestre anterior, produzindo mesmo assim um crescimento anual de 5,1%. Pela ótica da produção a maior perda foi a da indústria com uma queda de 7,4%, a agropecuária com uma perda de 0,5% e os serviços apresentaram uma perda de 0,4%.

Da ótica da demanda, os investimentos caíram 9,8%, interrompendo um desempenho muito positivo dos últimos três anos. Chama a atenção também a queda de dois pontos percentuais no consumo das famílias. Nesse quadro de redução da demanda interna e da demanda externa ganha enorme relevância a demanda do Governo, ou seja, os gastos governamentais.

Um cálculo a seguir pode nos ajudar a dimensionar o volume da perda prevista para a produção brasileira em 2009. Em economias desenvolvidas o efeito multiplicador fiscal mais utilizado é em torno de 1,5. Ou seja, cada dólar de gasto público adicional gera um aumento de 1,5 dólar na produção agregada. No Brasil, estimativas preliminares apontam para um multiplicador fiscal da ordem de 1,43 (Dimac/Ipea).<sup>10</sup>

Caso o crescimento em torno de 5,5% observado nos últimos anos seja, supostamente, um sustentável, e que, não fosse pela crise, a mesma trajetória seria mantida em 2009. Portanto, com um PIB de aproximadamente 2,9 trilhões de reais, se o crescimento do PIB se confirmar for de 0,5%, o país perderia 5% de crescimento da produção em 2009, o que corresponderia a 145 bilhões em 2009.<sup>11</sup> Essa perda é, sobretudo, a consequência da queda da demanda agregada na forma de consumo doméstico, investimento e exportações. Considerando-se o multiplicador fiscal de 1,43, seria preciso uma injeção de 101,4 bilhões de reais de gastos públicos para preencher esse vazio de demanda. Trata-se de um pouco menos de 3,5% do PIB. Para se ter uma idéia, caso esses 101,4 bilhões fossem gastos pelo setor público, todo o superávit primário registrado em 2008 (um total de R\$71,4 bilhões) seria consumido, e ainda seria necessário incorrer num déficit primário de R\$30 bilhões. Considerando-se a redução de receitas fiscais resultantes

---

<sup>10</sup> Dimac – Ipea. Notas sobre as perspectivas da economia Brasileira em 2009 e o desenho e a efetividade de políticas fiscais anti-cíclicas no Brasil. Rio de Janeiro, 2009.

<sup>11</sup> Obviamente, os efeitos da crise devem ser sentidos ainda por algum tempo, e certamente podemos estimar numa diferença do PIB com crise e sem crise também em 2010.

de dois trimestres consecutivos de queda na produção, o resultado final teria seguramente dimensões ainda piores. Resta saber se a sociedade brasileira estaria disposta a abrir mão desse cenário fiscal, conquistado a duras penas.

### **III.1 Impactos Inter-Regionais da Crise**

O desenrolar das crises econômicas obedece a um certo ritual determinado pelo papel das atividades econômicas na produção. A crise tende a se instalar a partir dos segmentos produtores de máquinas e equipamentos para em seguida instalar-se nos setores produtores de bens intermediários e bens de consumo<sup>12</sup>. Este comportamento impõe por sua vez um padrão de disseminação da crise no país. Assim, do ponto de vista espacial, os efeitos da crise também são diferenciados e dependem da natureza da estrutura produtiva de cada região. Desse modo, o esperado é que o impacto mais importante da crise aconteça nas regiões cujas estruturas produtivas são mais densamente industrializadas. Dessa forma, a região Sudeste seria o epicentro da crise e, em seguida, os efeitos migrariam para as demais regiões, atendendo a uma certa defasagem temporal.

#### **III.1.1 Produção e Emprego**

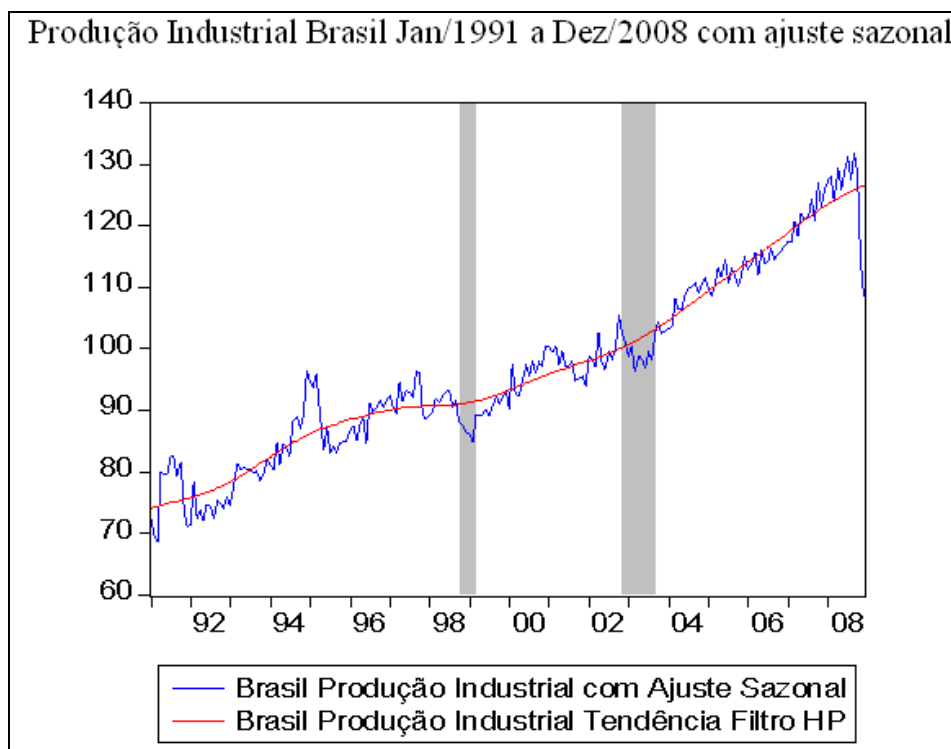
A análise desta subseção ilustra esse padrão de difusão espacial da crise no Brasil. Em primeiro lugar, discute-se o padrão regional do impacto da crise no setor industrial. Para isso utiliza-se os dados produzidos pela Pesquisa Industrial Mensal (PIM), do IBGE, para a produção industrial agregada do Brasil. O gráfico IV abaixo apresenta os dados para a produção industrial (linha azul), bem como a tendência capturada pelo filtro HP.<sup>13</sup> As regiões sombreadas representam as recessões de 1998/1999 e de 2002/2003. Como pode-se observar a queda na produção industrial em dezembro de 2008 foi significativa. A crise econômica atingiu em cheio a indústria brasileira.

---

<sup>12</sup> Este mecanismo de propagação da crise na economia brasileira já foi observado na crise dos anos oitenta do século passado. Ver, por exemplo, Carleial, L.(1985). Acumulação capitalista, emprego e crise, SP, Editora da USP, 256 p. e Maia Gomes, G(1985) Recessão e desemprego nas regiões brasileiras. Recife, PIMES. 120p

<sup>13</sup> O filtro Hodrick- Prescott (HP) elimina flutuações de frequência muito baixa, que poderiam ser confundidas com crescimento, ou tendência. A série de dados remanescente possui apenas flutuações de curto prazo típicas do ciclo de negócios. A linha vermelha no gráfico representa a tendência. Para a dessazonalização utilizou-se o método tramo/seats disponibilizado no pacote econométrico E-views.

**Gráfico 4**



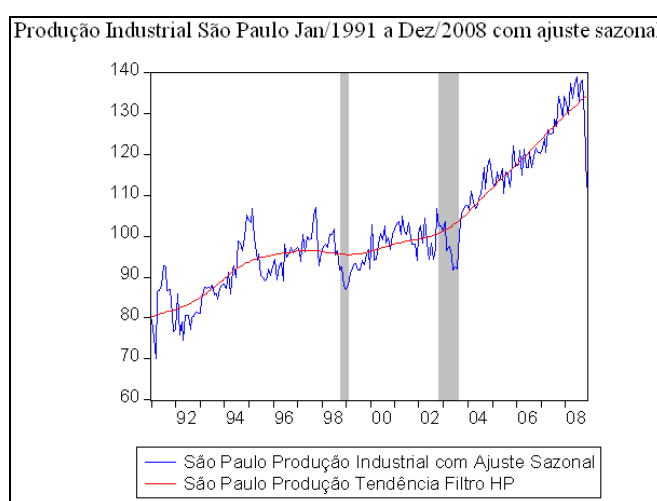
Fonte: PIM/IBGE. Elaboração Ipea/Dirur

Em seguida identifica-se como esse impacto afetou algumas das principais regiões industriais brasileiras. Os gráficos V a IX mostram a produção industrial para cinco diferentes regiões: (i) o estado de São Paulo, (ii) o estado de Minas Gerais, (iii) a região Nordeste, (iv) o estado do Rio de Janeiro, e (v) o estado do Rio Grande do Sul. Observa-se que a produção industrial sofreu uma queda acentuada no mês de Dezembro de 2008 em todas as cinco regiões analisadas. A queda foi particularmente forte nos estados de São Paulo e de Minas Gerais como evidenciam os gráficos V e VI. A queda foi relativamente suave no estado do Rio de Janeiro. Algumas hipóteses podem explicar essa diferença. São Paulo é a maior região industrial brasileira, concentrando grande parte da indústria de bens de capital, a indústria automotiva e parte significativa da produção da produção de bens de consumo duráveis, atendendo portanto ao ritual do desenrolar das crises como



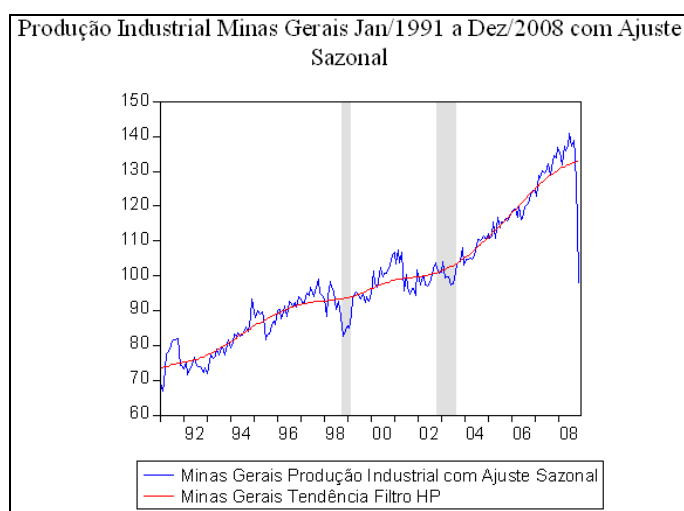
citado anteriormente. Minas Gerais concentra boa parte da produção mineral da companhia Vale do Rio Doce, que sofreu um forte impacto da retração do mercado externo. O Rio de Janeiro, por outro lado, tem boa parte de seu PIB vinculada à extração de petróleo e às atividades da Petrobrás. Além de ser essencialmente destinado ao mercado interno, os preços praticados em derivados de petróleo como a gasolina são fortemente controlados internamente, e não seguiram a acentuada queda internacional do preço do petróleo e demais *commodities*.

Gráfico 5



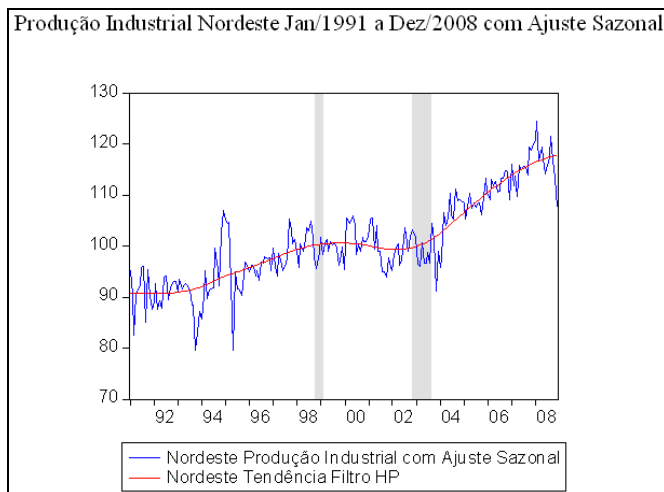
Fonte: PIM/IBGE. Elaboração Ipea/Dirur

Gráfico 6



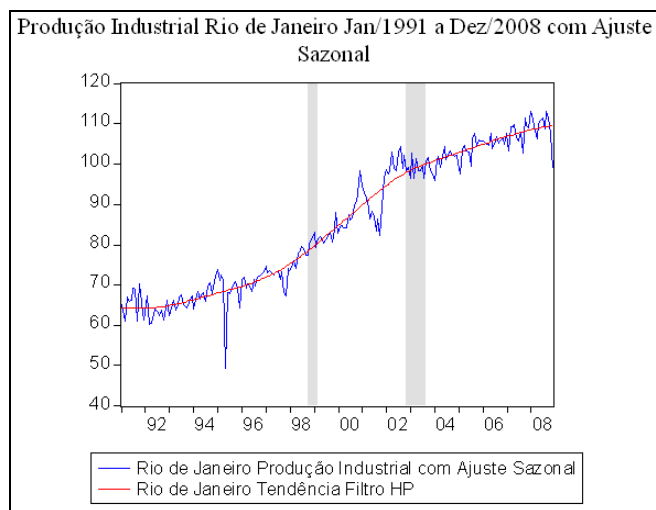
Fonte: PIM/IBGE. Elaboração Ipea/Dirur

Gráfico 7



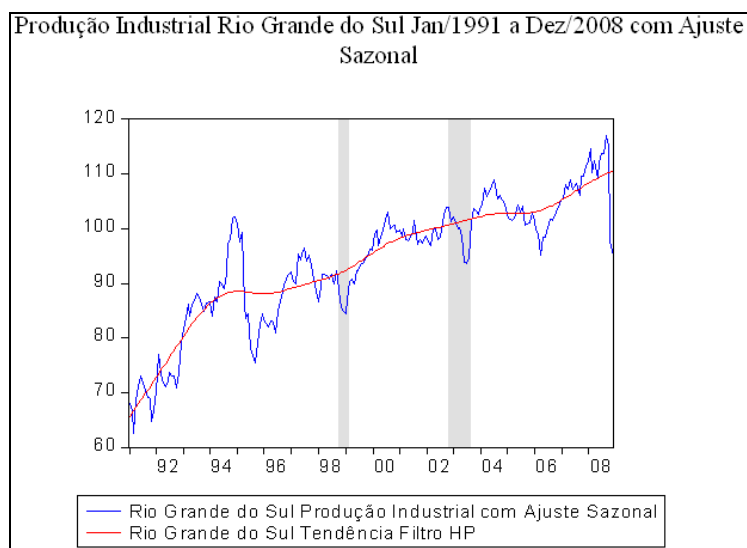
Fonte: PIM/IBGE. Elaboração Ipea/Dirur

Gráfico 8



Fonte: PIM/IBGE. Elaboração Ipea/Dirur

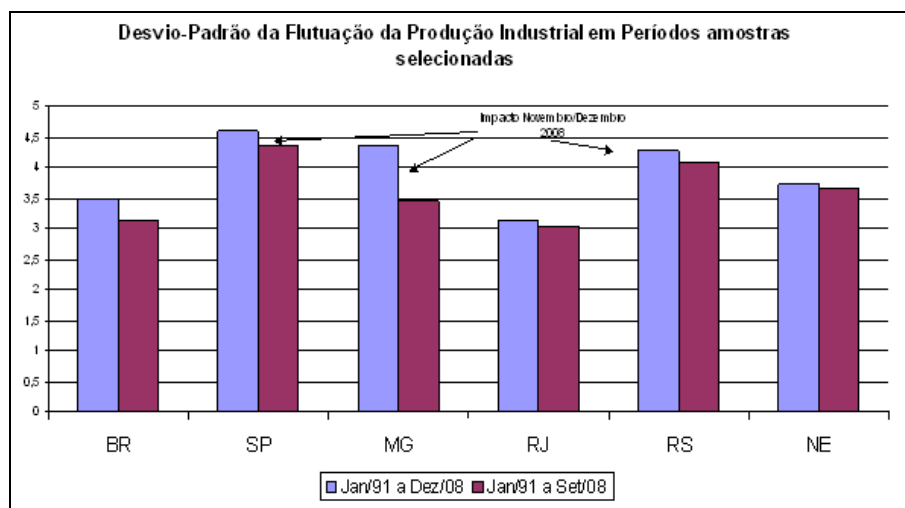
Gráfico 9



Fonte: PIM/IBGE. Elaboração Ipea/Dirur.

Uma outra evidência do forte impacto da crise econômica sobre a produção industrial brasileira pode ser vista a partir de uma análise da dispersão das observações em torno da produção industrial. A medida mais comum é o desvio-padrão, que dá uma idéia de quão dispersas em torno da média estão as observações da produção industrial. Em particular, busca-se identificar como a inclusão dos dados de novembro e dezembro de 2008 afetam essa dispersão. Se o desvio-padrão não muda muito com a inclusão desses meses então tem-se uma indicação de que a queda na produção foi relativamente suave. Se o desvio-padrão muda muito com a inclusão do final de 2008 na série de tempo, então isso sugere que a queda na produção é substancial. O gráfico abaixo mostra os desvios-padrão das séries de produção industrial brasileira antes (até Setembro/08) e depois (até Dezembro/08) da crise. Esse desvio-padrão muda consideravelmente para o Brasil como um todo, o que constitui uma indicação da gravidade da crise. Essa mudança é particularmente forte no estado de Minas Gerais e quase imperceptível para a região Nordeste, indicando que dada a natureza de sua estrutura produtiva essa região sofre os efeitos da crise industrial de forma defasada e com uma intensidade mais leve (Gráfico 10).

Gráfico 10



Fonte: PIM/IBGE. Elaboração Ipea/Dirur.

Com relação ao comportamento do emprego nessa fase de crise desenvolver-se-á a análise a partir das informações do CAGED. Inicialmente, apresenta-se o quadro geral das admissões e desligamentos ocorridos em dezembro de 2008. Segundo o CAGED, naquele mes, foram destruídos 654.946 postos de trabalho (diferença entre admitidos e desligados). Um aumento de 105,5% com relação a dezembro/2007. Do ponto de vista regional, SP, MG, PR e RS contribuíram para a redução de 451 mil postos de trabalho, de acordo com o quadro I abaixo. No entanto, em 2007, esses mesmos estados foram responsáveis por 75,9% do total da destruição de postos de trabalho, contra 68,8% em 2008. Esta queda na participação relativa deve-se principalmente a redução na participação de São Paulo na destruição de postos de trabalhos (54% em 2007 e 43% em 2008). Ou seja, em 2008, os demais estados contribuíram mais para a perda de postos de trabalho o que pode ser atribuído aos efeitos da redução da demanda externa dos produtos brasileiros.

**Quadro 1. Brasil - Comportamento das admissões e demissões – Dezembro de 2008**

|                     | <b>Admitido</b>  | <b>Desligado</b>   | <b>Movimento líquido</b> | <b>(%)</b> |
|---------------------|------------------|--------------------|--------------------------|------------|
| SP                  | 271.401,0        | 556.933,0          | (285.532,0)              | 43,6       |
| MG                  | 104.560,0        | 192.622,0          | (88.062,0)               | 13,4       |
| RJ                  | 90.860,0         | 110.202,0          | (19.342,0)               | 3,0        |
| PR                  | 61.475,0         | 111.297,0          | (49.822,0)               | 7,6        |
| RS                  | 68.428,0         | 96.106,0           | (27.678,0)               | 4,2        |
| SC                  | 48.379,0         | 76.222,0           | (27.843,0)               | 4,3        |
| BA                  | 34.804,0         | 50.029,0           | (15.225,0)               | 2,3        |
| PE                  | 23.679,0         | 32.087,0           | (8.408,0)                | 1,3        |
| CE                  | 20.613,0         | 26.372,0           | (5.759,0)                | 0,9        |
| GO                  | 28.494,0         | 55.308,0           | (26.814,0)               | 4,1        |
| AM                  | 7.619,0          | 20.689,0           | (13.070,0)               | 2,0        |
| PA                  | 14.473,0         | 25.848,0           | (11.375,0)               | 1,7        |
| MA                  | 7.946,0          | 13.657,0           | (5.711,0)                | 0,9        |
| MS                  | 11.049,0         | 26.152,0           | (15.103,0)               | 2,3        |
| Restante Brasil     | 93.519,0         | 148.721,0          | (55.202,0)               | 8,4        |
| <b>Total Brasil</b> | <b>887.299,0</b> | <b>1.542.245,0</b> | <b>(654.946,0)</b>       |            |

Fonte: CAGED/TEM. Elaboração Ipea/Dirur.

**Quadro 2. Brasil - Comportamento das admissões e demissões – Dezembro de 2007**

| <b>Estados</b>      | <b>Admitido</b>  | <b>Desligado</b>   | <b>Movimento líquido</b> | <b>(%)</b> |
|---------------------|------------------|--------------------|--------------------------|------------|
| SP                  | 280.445,0        | 454.350,0          | (173.905,0)              | 54,45      |
| MG                  | 113.172,0        | 142.619,0          | (29.447,0)               | 9,22       |
| RJ                  | 87.435,0         | 82.737,0           | 4.698,0                  | (1,47)     |
| PR                  | 63.809,0         | 95.027,0           | (31.218,0)               | 9,77       |
| RS                  | 68.268,0         | 76.333,0           | (8.065,0)                | 2,52       |
| SC                  | 51.196,0         | 66.173,0           | (14.977,0)               | 4,69       |
| BA                  | 36.549,0         | 40.493,0           | (3.944,0)                | 1,23       |
| PE                  | 21.429,0         | 23.667,0           | (2.238,0)                | 0,70       |
| CE                  | 19.964,0         | 21.805,0           | (1.841,0)                | 0,58       |
| GO                  | 30.415,0         | 45.205,0           | (14.790,0)               | 4,63       |
| AM                  | 8.882,0          | 15.023,0           | (6.141,0)                | 1,92       |
| PA                  | 16.084,0         | 20.051,0           | (3.967,0)                | 1,24       |
| MA                  | 6.688,0          | 8.707,0            | (2.019,0)                | 0,63       |
| MS                  | 11.742,0         | 20.968,0           | (9.226,0)                | 2,89       |
| Restante Brasil     | 92.050,0         | 114.384,0          | (22.334,0)               | 6,99       |
| <b>Total Brasil</b> | <b>908.128,0</b> | <b>1.227.542,0</b> | <b>(319.414,0)</b>       |            |

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração Ipea/Dirur.

É interessante destacar ainda que características relevantes dessa movimentação mantiveram o mesmo padrão tanto em dezembro de 2007 como em dezembro de 2008. O padrão por tempo de serviço praticamente se manteve o mesmo, pois em torno de 12% dos desligados tinham menos de 3 meses de emprego em dez/2008, valor praticamente idêntico a 2007. O total de empregos destruídos para trabalhadores até 12 meses de tempo de serviço foi de 65,5% em 2008, contra 66,4% em 2007. Do mesmo modo, 68% dos desligados estavam na faixa salarial até 2 SM, em dezembro de 2008, enquanto em 2007, essa participação foi de 69,4%.

A inclusão do mês de janeiro/2009 na análise vai definir melhor o perfil do mercado de emprego formal brasileiro e reforça as tendências já explicitadas. Inicialmente, como ilustra o Quadro 3, a Região mais atingida é o Sudeste,

concentrando mais de 55% do total de desligados em Janeiro de 2009. O Nordeste começa a sofrer as conseqüências da desaceleração econômica, sendo que o Ceará e Pernambuco são os estados mais atingidos. No Norte, como esperado, o maior impacto é no Amazonas. Aparentemente, a crise ainda não chegou no mercado de trabalho no Sul e Centro-Oeste, onde a maioria dos estados apresentam ainda índice positivo de admissão.

O Quadro 4 mostra o impacto da crise por faixa salarial do empregado. Quase 90% dos que perderam emprego, em Janeiro de 2009, percebem até 3(três) salários-mínimos. Observe-se, entretanto, que os trabalhadores com salários mais elevados não estão imune à crise.

O Quadro 5 apresenta a movimentação no mercado de trabalho para o mês de Janeiro de 2009, em termos do tamanho dos estabelecimentos. Os índices maiores de desligamentos concentram-se nas grandes empresas, sendo que as que empregam mais de 1000 empregados responderam por praticamente 40% do total dos desligamentos. As micro e pequenas empresas, embora, também desempregando, ainda mantém um certo ritmo de admissões.

**Quadro 3. Movimentação por Estados e Regiões – Janeiro 2009**

| UF/Região        | Admitidos | Desligados | Total     | Diferença | Admitidos | Desligados |
|------------------|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|------------|
| AC               | 1,571     | 1,638      | 3,209     | (67)      | 0.13%     | 0.12%      |
| AM               | 10,571    | 16,873     | 27,444    | (6,302)   | 0.87%     | 1.28%      |
| AP               | 1,319     | 1,985      | 3,304     | (666)     | 0.11%     | 0.15%      |
| PA               | 20,030    | 23,562     | 43,592    | (3,532)   | 1.65%     | 1.79%      |
| RO               | 8,573     | 7,513      | 16,086    | 1,060     | 0.70%     | 0.57%      |
| RR               | 1,020     | 914        | 1,934     | 106       | 0.08%     | 0.07%      |
| TO               | 4,491     | 4,659      | 9,150     | (168)     | 0.37%     | 0.35%      |
| NORTE            | 47,575    | 57,144     | 104,719   | (9,569)   | 3.91%     | 4.33%      |
| AL               | 7,295     | 8,479      | 15,774    | (1,184)   | 0.60%     | 0.64%      |
| BA               | 47,677    | 48,594     | 96,271    | (917)     | 3.92%     | 3.69%      |
| CE               | 25,447    | 32,308     | 57,755    | (6,861)   | 2.09%     | 2.45%      |
| MA               | 10,212    | 13,414     | 23,626    | (3,202)   | 0.84%     | 1.02%      |
| PB               | 7,567     | 7,857      | 15,424    | (290)     | 0.62%     | 0.60%      |
| PE               | 30,190    | 38,162     | 68,352    | (7,972)   | 2.48%     | 2.89%      |
| PI               | 5,422     | 6,023      | 11,445    | (601)     | 0.45%     | 0.46%      |
| RN               | 11,946    | 14,923     | 26,869    | (2,977)   | 0.98%     | 1.13%      |
| SE               | 6,438     | 6,757      | 13,195    | (319)     | 0.53%     | 0.51%      |
| NORDESTE         | 152,194   | 176,517    | 328,711   | (24,323)  | 12.51%    | 13.39%     |
| ES               | 25,791    | 29,516     | 55,307    | (3,725)   | 2.12%     | 2.24%      |
| MG               | 131,179   | 157,979    | 289,158   | (26,800)  | 10.78%    | 11.98%     |
| RJ               | 99,747    | 116,285    | 216,032   | (16,538)  | 8.20%     | 8.82%      |
| SP               | 383,142   | 421,818    | 804,960   | (38,676)  | 31.49%    | 32.00%     |
| SUDESTE          | 639,859   | 725,598    | 1,365,457 | (85,739)  | 52.60%    | 55.04%     |
| PR               | 95,623    | 94,031     | 189,654   | 1,592     | 7.86%     | 7.13%      |
| RS               | 89,407    | 86,609     | 176,016   | 2,798     | 7.35%     | 6.57%      |
| SC               | 80,474    | 74,067     | 154,541   | 6,407     | 6.61%     | 5.62%      |
| SUL              | 265,504   | 254,707    | 520,211   | 10,797    | 21.82%    | 19.32%     |
| DF               | 21,429    | 21,604     | 43,033    | (175)     | 1.76%     | 1.64%      |
| GO               | 42,131    | 40,296     | 82,427    | 1,835     | 3.46%     | 3.06%      |
| MS               | 20,207    | 18,105     | 38,312    | 2,102     | 1.66%     | 1.37%      |
| MT               | 27,651    | 24,327     | 51,978    | 3,324     | 2.27%     | 1.85%      |
| CENTRO-<br>OESTE | 111,418   | 104,332    | 215,750   | 7,086     | 9.16%     | 7.91%      |
| TOTAL            | 1,216,550 | 1,318,298  | 2,534,848 | (101,748) | 100.00%   | 100.00%    |

Fonte: CAGED. Elaboração Dirur/Ipea





**Quadro 4. Movimentação por Faixa Salarial - Percentual sobre total-  
Percentual acumulado – Janeiro/2009**

|                 | Admitidos | Desligados | Total     | Diferença | Desligados |            |           |         |
|-----------------|-----------|------------|-----------|-----------|------------|------------|-----------|---------|
|                 |           |            |           |           | Admitidos  | Desligados | Admitidos | s       |
| ATE 0,5         | 5,794     | 7,277      | 13,071    | (1,483)   | 0.48%      | 0.55%      | 0.48%     | 0.55%   |
| 0,51 A 1,0      | 99,211    | 92,213     | 191,424   | 6,998     | 8.16%      | 6.99%      | 8.63%     | 7.55%   |
| 1,01 A 1,5      | 611,415   | 626,787    | 1,238,202 | (15,372)  | 50.26%     | 47.55%     | 58.89%    | 55.09%  |
| 1,51 A 2,0      | 259,191   | 285,499    | 544,690   | (26,308)  | 21.31%     | 21.66%     | 80.19%    | 76.75%  |
| 2,01 A 3,0      | 137,675   | 170,301    | 307,976   | (32,626)  | 11.32%     | 12.92%     | 91.51%    | 89.67%  |
| 3,01 A 4,0      | 41,360    | 54,331     | 95,691    | (12,971)  | 3.40%      | 4.12%      | 94.91%    | 93.79%  |
| 4,01 A 5,0      | 18,503    | 23,846     | 42,349    | (5,343)   | 1.52%      | 1.81%      | 96.43%    | 95.60%  |
| 5,01 A 7,0      | 15,599    | 21,915     | 37,514    | (6,316)   | 1.28%      | 1.66%      | 97.71%    | 97.26%  |
| 7,01 A 10,0     | 11,204    | 13,789     | 24,993    | (2,585)   | 0.92%      | 1.05%      | 98.64%    | 98.31%  |
| 10,01 A 15,0    | 5,667     | 7,990      | 13,657    | (2,323)   | 0.47%      | 0.61%      | 99.10%    | 98.91%  |
| 15,01 A 20,0    | 2,190     | 2,988      | 5,178     | (798)     | 0.18%      | 0.23%      | 99.28%    | 99.14%  |
| MAIS DE<br>20,0 | 2,405     | 4,432      | 6,837     | (2,027)   | 0.20%      | 0.34%      | 99.48%    | 99.47%  |
| IGNORADO        | 6,336     | 6,930      | 13,266    | (594)     | 0.52%      | 0.53%      | 100.00%   | 100.00% |
| Total           | 1,216,550 | 1,318,298  | 2,534,848 | (101,748) | 100.00%    | 100.00%    |           |         |

Fonte: CAGED. Elaboração Dirur/Ipea

**Quadro 5. Movimentação por Tamanho de Estabelecimento – Janeiro 2009**

|              | Admitido  | Desligado | Total     | Diferença |
|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 0 EMPREGADOS | 101,998   | 6,205     | 108,203   | 95,793    |
| DE 1 A 4     | 130,024   | 140,426   | 270,450   | (10,402)  |
| DE 5 A 9     | 116,852   | 131,411   | 248,263   | (14,559)  |
| DE 10 A 19   | 135,306   | 155,140   | 290,446   | (19,834)  |
| DE 20 A 49   | 174,564   | 204,824   | 379,388   | (30,260)  |
| DE 50 A 99   | 121,225   | 143,727   | 264,952   | (22,502)  |
| DE 100 A 249 | 143,762   | 166,711   | 310,473   | (22,949)  |
| DE 250 A 499 | 89,140    | 108,866   | 198,006   | (19,726)  |
| DE 500 A 999 | 75,438    | 91,030    | 166,468   | (15,592)  |
| 1000 OU MAIS | 128,241   | 169,958   | 298,199   | (41,717)  |
| Total        | 1,216,550 | 1,318,298 | 2,534,848 | (101,748) |

Fonte: CAGED. Elaboração Dirur/Ipea

### III.1.2 – Os Impactos Sobre a Federação Brasileira

A presente crise financeira internacional tem desdobramentos em relação não só à economia real mas também deverá atingir as finanças públicas dos Estados Brasileiros. O Brasil é uma federação com vinte e sete estados cujas receitas apresentam tendência de redução, todos eles estão submetidos à vigência da rigorosa Lei de Responsabilidade Fiscal(LRF) que na prática impõe aos governadores orçamentos equilibrados, exigindo uma atenção redobrada ao comportamento dos gastos estaduais.

Tal cuidado é importante por três razões: em primeiro lugar, o Governo Federal está implementando um conjunto de medidas, já discutidas nos comunicados anteriores, de caráter contra-cíclico; logo, é importante e necessário que os estados federados caminhem nessa mesma direção<sup>14</sup>. Em segundo lugar, as ações do PAC, em muitos casos, dependem também de contrapartidas dos estados para a sua execução. Assim, os estados federados nos quais as obras acontecem precisam estar em condições de aportar os recursos necessários no tempo adequado. Em terceiro lugar, conforme foi apontado na seção anterior, há um padrão inter-regional de difusão da crise e é fundamental que aqueles estados ou regiões mais “ protegidos” dos efeitos crise reforcem tal posição, mantendo os seus gastos e efetuando suas compras de bens e serviços que “azeitam” as economias regionais.

É possível estabelecer os seguintes canais de transmissão dos efeitos da crise sobre as finanças dos Estados: primeiro, queda da arrecadação tributária, tanto federal quanto estadual; segundo, a redução das transferências federais constitucionais em decorrência da queda da arrecadação e, em terceiro lugar, a evolução recente dos índices de preços e o conseqüente efeito sobre a dívida pública dos Estados.

De acordo com as informações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), até dezembro de 2008 não havia ocorrido perdas importantes nos valores transferidos para os Estados. O total de FPE distribuído em janeiro de 2009 foi de

---

<sup>14</sup> Um exemplo muito positivo tem sido o do estado de São Paulo que vem implementando um conjunto de ações também de caráter contra-cíclico.

3,37 bilhões de reais, o que significa um aumento nominal de 3,7% em relação ao valor de janeiro de 2008. Considerando a inflação do período, sinaliza-se uma pequena perda real. Já na comparação fevereiro de 2008 a fevereiro de 2009, as informações indicam uma queda, em termos reais, em torno de 18%, de acordo com a STN<sup>15</sup>. É necessário esclarecer que os impostos que financiam o FPE têm tido comportamento dissonante. Enquanto o Imposto de Renda não parece ainda dar sinais de enfraquecimento, o IPI decresceu 17% na comparação de janeiro/2007 a janeiro/2008. Como o IR representa basicamente 90% do fundo, é importante acompanhar a sua trajetória para determinar a repercussão sobre o FPE.

No que se refere ao ICMS, os efeitos negativos da crise se fizeram sentir a partir do mês de outubro de 2008. Assim, o número de Estados com redução na arrecadação de ICMS foi de 9(nove) no mês de Outubro, 12(doze) no mês de Novembro e 16(dezesseis) no mês de Dezembro de 2008. Apesar de tais reduções a evolução anual foi de 17,21 por cento, contra um IPCA Geral de 4,46 por cento e um IGP-DI de 9,43 por cento, em 2008, tal como demonstra o Quadro 6. Houve, portanto um acréscimo real de receita significativo. Tal desempenho, no entanto, não deve ser esperado para o ano de 2009, a menos que o País demonstre uma excepcional capacidade de recuperação.

---

<sup>15</sup> Cálculo realizado a partir dos valores nominais fornecidos pela STN e deflacionados pelo IGP-DI.

**Quadro 6. Evolução da Arrecadação do ICMS 2007/2008**

|                        | Acumulado no<br>ano (jan-dez)<br>2008 | Acumulado no<br>ano (jan-dez)<br>2007 | Varição      |
|------------------------|---------------------------------------|---------------------------------------|--------------|
| <b>NORTE</b>           | 12.202.522                            | 10.559.497                            | <b>15,56</b> |
| Acre                   | 400.292                               | 391.857                               | 2,15         |
| Amazonas               | 4619595                               | 3712040                               | 24,45        |
| Pará                   | 4182093                               | 3666973                               | 14,05        |
| Rondônia               | 1675169                               | 1441555                               | 16,21        |
| Amapá                  | 108906                                | 289482                                | -62,38       |
| Roraima                | 300763                                | 269158                                | 11,74        |
| Tocantins              | 915704                                | 788432                                | 16,14        |
| <b>NORDESTE</b>        | 29.574.824                            | 27.743.294                            | <b>6,60</b>  |
| Maranhão               | 2350325                               | 2003109                               | 17,33        |
| Piauí                  | 1402557                               | 1176108                               | 19,25        |
| Ceará                  | 4719283                               | 3.917.618                             | 20,46        |
| Rio Grande do<br>Norte | 2052737                               | 2006233                               | 2,32         |
| Paraíba                | 1.927.355                             | 1677914                               | 14,87        |
| Pernambuco             | 3928998                               | 5415683                               | -27,45       |
| Alagoas                | 1614352                               | 1401858                               | 15,16        |
| Sergipe                | 1340654                               | 1204150                               | 11,34        |
| Bahia                  | 10238561                              | 8940621                               | 14,52        |
| <b>SUDESTE</b>         | 124372695                             | 104075349                             | <b>19,50</b> |
| Minas Gerais           | 23214306                              | 19333203                              | 20,07        |
| Espírito Santo         | 7001267                               | 5878468                               | 19,10        |
| Rio de Janeiro         | 17835540                              | 15671288                              | 13,81        |
| São Paulo              | 76321581                              | 63192391                              | 20,78        |
| <b>SUL</b>             | 34581911                              | 29165815                              | <b>18,57</b> |
| Paraná                 | 11766971                              | 10085503                              | 16,67        |
| Santa Catarina         | 7942501                               | 6822626                               | 16,41        |
| Rio Grande do Sul      | 14872439                              | 12257685                              | 21,33        |
| <b>CENTRO-OESTE</b>    | 19177377                              | 16.077.356                            | <b>19,28</b> |
| Mato Grosso            | 4736302                               | 3886764                               | 21,86        |

|                    |                    |                    |              |
|--------------------|--------------------|--------------------|--------------|
| Mato Grosso do Sul | 4346913            | 3500612            | 24,18        |
| Goiás              | 6143391            | 5230965            | 17,44        |
| Distrito Federal   | 3950771            | 3.459.015          | 14,22        |
| <b>BRASIL</b>      | <b>219.909.327</b> | <b>187.621.312</b> | <b>17,21</b> |

Fonte: CONFAZ. Elaboração Ipea/Dirur.

Outro canal de transmissão dos efeitos da crise para as finanças públicas dos Estados Brasileiros é a evolução recente dos índices de preço, sobretudo o IGP-DI. A recente desvalorização do real, segundo a SPE/MF, foi de 34,3% provocando uma inevitável elevação do IGP-DI, em que pese a forte correlação entre os dois indicadores. As oscilações do IGP-DI têm um importante impacto sobre a dívida financeira junto ao Tesouro Nacional. Contratualmente, o estoque da dívida é reajustado conforme o IGP-DI mais 6%. Em período recente, o IGP-DI apresentou as seguintes variações:

#### Quadro 7. VARIAÇÕES do IGP-DI

| Ano  | Variação<br>(em %) |
|------|--------------------|
| 2002 | 26,41              |
| 2003 | 7,64               |
| 2004 | 12,14              |
| 2005 | 1,22               |
| 2006 | 3,79               |
| 2007 | 7,89               |
| 2008 | 9,10               |

Fonte: FGV.

Assim, a tendência de aumento já verificada em 2007, foi corroborada em 2008 com as conseqüências previsíveis para 2009: elevação do estoque da dívida do Estado. Tal elevação poderá reverter à tendência de queda da relação dívida e

a receita corrente líquida, criando dificuldades adicionais para Estados que desejem executar operações de crédito para financiar investimentos. Há que se ressaltar que o nível de investimentos praticado pelos Estados tem sido declinante ao longo dos últimos anos.

Como já ocorreu com os Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o Estado de Alagoas também está recorrendo ao Banco Mundial, novamente, para se endividar em moeda estrangeira. Este procedimento poderá redundar na ampliação do endividamento externo, que fragiliza as finanças estaduais, atraindo riscos mais elevados que o endividamento interno, torna o país mais vulnerável a crises cambiais e, pior de tudo, não traz vantagens de novos investimentos em infra-estrutura para os Estados. Esta pode vir a ser uma nova fase de endividamento dos Estados brasileiros, com o aval do Tesouro, aprovação do Senado, como ocorreu com os Estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Torna-se assim necessária uma melhor coordenação das ações dos Governos Federal e Estaduais numa atuação contra-cíclica conjunta.

#### **IV – Algumas Observações finais**

O Brasil vinha numa trajetória de expansão dos investimentos, do emprego formal, do mercado interno e do PIB até outubro de 2008. As medidas implementadas até agora pelo Governo brasileiro procuram reduzir os impactos negativos sobre os investimentos, a produção e o emprego. Mesmo assim, tem havido uma perda importante de emprego, da produção industrial, sinalizando um crescimento ajustado bem para baixo. Na última reunião do COPOM, a taxa básica de juros foi reduzida em um ponto e meio percentual mas o patamar continua alto e os efeitos positivos dessa alteração demorarão algum tempo para se fazer sentir. Na realidade, o cronograma dessas reuniões poderia ser encurtado para conferir agilidade a possíveis novos cortes.

A gravidade dos efeitos da crise exige mais. O Brasil detém hoje diferenciais competitivos no cenário mundial, como os investimentos do PAC e

uma estrutura de financiamento público da produção através do seu sistema de bancos públicos (BNDES, BRDE, BB, Caixa Econômica, BASA e BNB). O que precisa ser feito é a proposição de novas institucionalidades que garantam uma ação de complementação da nossa estrutura produtiva, especialmente a industrial, no sentido de internalizar no território os investimentos que completam as cadeias produtivas já instaladas e propiciam a instalação de sede de projetos e desenvolvimento de produtos, melhorando a posição brasileira na divisão internacional do trabalho hoje restrita, primordialmente, às atividades de montagem.

Esta ação terá, por sua vez, efeitos positivos sobre os mercados de trabalho criando postos de trabalho mais qualificados e melhor pagos, e ainda, com efeitos positivos sobre os conteúdos de formação de engenheiros e toda uma geração de técnicos instados a pensar e a criar. Estas medidas em seu conjunto, além de ampliarem e consolidarem a estrutura produtiva nacional, caminham também na direção de ampliar a participação dos salários no PIB. A efetivação dessa possibilidade dependerá da capacidade de incluir no elenco das ações brasileiras, as políticas públicas negociadas entre Estado e empresas, na busca da consecução de um objetivo compartilhado. Se crise também é oportunidade, eis, portanto, um desafio: ir além da ação sobre os efeitos de curto prazo e pensar nas possibilidades produtivas brasileiras de longo prazo.

Finalmente, é importante registrar que a crise financeira internacional tem provocado impactos ambientais nos ecossistemas brasileiros. Esses reflexos podem ser avaliados a partir da consolidação dos dados de carbono evitado por setores industriais. O Quadro 8 apresenta os volumes de  $CO_2$  evitados em decorrência somente das exportações nacionais dos principais produtos da pauta de negócios do Brasil, com exceção dos produtos agropecuários, cujos efeitos são insignificantes e têm se ajustados no decorrer dos últimos meses.



Quadro 8. Brasil - Distribuição do carbono evitado por setor impactado

| <b>Setor Impactado</b> | <b>Carbono evitado (mil ton.)</b> |
|------------------------|-----------------------------------|
| Indústria do Alumínio  | 40,1                              |
| Ferro e Aço            | 1.120,0                           |
| Veículos               | 569,4                             |
| Cimento                | 53,5                              |
| <b>Total</b>           | <b>1.783,0</b>                    |

Fonte e elaboração: Ipea-Dirur

Estima-se que as emissões de carbono provenientes da indústria paulista totalizaram 38 milhões de toneladas em 2006. Os reflexos da crise aliviaram os ecossistemas brasileiros, permitindo uma queda ainda que no curto prazo dos níveis de gradiente do estresse ambiental. Mesmo assim, observando-se as séries históricas se percebe que a pauta de exportações não acarretou perdas monetárias, já que a paridade do real para o dólar é favorável ao setor exportador nacional. Assim, os principais setores da pauta de exportação do Brasil deixaram de emitir em equivalente de carbono 1,8 milhão de toneladas de carbono, o que corresponde a 4,7% das emissões registradas pelo inventário de carbono da indústria paulista. Esse é um ponto que nos leva a refletir se esse não seria o momento de se pensar, propor e construir um mundo mais sustentável e limpo para as nossas sociedades.